

Tribuna BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários do Ceará | Edição nº 1561 | 7 a 16 de março de 2019



www.bancariosce.org.br



[bancariosce](https://twitter.com/bancariosce)



[bancariosdoceara](https://www.instagram.com/bancariosdoceara)



[seebce](https://www.facebook.com/seebce)



[85 99129 5101](https://api.whatsapp.com/send?phone=85991295101)

BANCO DO BRASIL

A HORA É DE MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DA CASSI

Comissão dos funcionários e representantes do banco estão se reunindo para negociar uma proposta que atenda as necessidades da Cassi e dos associados
(pág. 3)



TODOS PELA CASSI

RESISTIR E VENCER

 **Sindicato dos
Bancários do Ceará**



O presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo, avalia que MP que tenta minar atuação sindical é artimanha para aprovar Reforma da Previdência e prejudicar a resistência dos trabalhadores **(pág.2)**

Artigo

ATAQUE DE BOLSONARO AOS SINDICATOS É ARTIMANHA PARA ENFRAQUECER A RESISTÊNCIA

Em mais um ataque às entidades sindicais, o presidente Jair Bolsonaro editou no último dia 1º/3 (véspera do Carnaval, no apagar das luzes do dia que antecedia o feriado) a Medida Provisória 873, que modifica as regras de cobrança das contribuições sindicais, impondo novas dificuldades de financiamento para essas entidades.

De acordo com a MP, a cobrança das contribuições só poderá ser feita mediante a autorização por escrito de cada trabalhador. Desde a reforma trabalhista, em 2017, a contribuição sindical deixou de ser obrigatória, tendo o trabalhador de expressar a vontade de contribuir. Entretanto, a medida proíbe, inclusive, que a contribuição seja descontada em folha. Com a MP, a cobrança deve ser feita exclusivamente através de boleto bancário. O texto passou a valer imediatamente após sua publicação numa edição extra do Diário Oficial da União, mas precisa ser aprovado pelo Congresso em até 120 dias para virar lei.

Na verdade, ao atacar as entidades sindicais, o que se quer é minar a resistência dessas entidades em defesa dos direitos dos trabalhadores. Movimentações no Congresso já estão acontecendo, inclusive, para que a votação da MP seja usada como moeda de troca para se aprovar a reforma da Previdência, que penaliza ainda mais os trabalhadores e os mais necessitados. Essa é a real intenção da medida: sufocar o movimento sindical para aprovar a Reforma da Previdência com o mínimo de alterações possíveis.

Os sindicatos são fundamentais para a democracia. O governo Bolsonaro quer enfraquecer a atuação dos sindicatos exatamente para que eles não tenham meios para se opor à Reforma da Previdência. Querem inviabilizar o custeio sindical, mesmo quando a taxa a ser recolhida pelo trabalhador tenha sido aprovada em assembleia geral. Acreditam que dessa forma irão minar nosso poder de resistência para enfrentar essa proposta de reforma da Previdência que mantém privilégios e empobrece o trabalhador.

A cada dia fica mais evidente que medidas como essas (Reforma da Previdência e MP 873) representam ataques sem precedentes aos direitos dos trabalhadores, às organizações sindicais que os representam e lutam em defesa deles e, por consequência, ao estado democrático. Nenhum país é realmente uma democracia sem sindicatos fortes. Nenhum trabalhador tem condições reais de se contrapor aos seus empregadores sem uma entidade forte que os represente e lute por seus direitos.

Não vão nos calar. O movimento sindical já está construindo uma ampla unidade sindical e popular em defesa de uma Previdência justa e contra mais esse ataque à soberania sindical. A MP ataca a prevalência do negociado pelo legislado, fere de morte o artigo 8º da Constituição Federal (que prevê o desconto em folha das contribuições aos sindicatos) e as convenções internacionais ratificadas pelo Brasil. O governo Bolsonaro declara guerra aos sindicatos porque sabe que poderá não aprovar a sua tal “nova Previdência”, exatamente pela capacidade das entidades sindicais em revelar suas mentiras.

Os protestos espontâneos realizados por todos os cantos do país durante o Carnaval revelam que o povo não apoia as atrocidades desse governo tão “fake” quanto as mentiras que usou nas redes sociais para se eleger.

Somente a luta nas ruas e a pressão no Congresso evitarão a aprovação da Reforma da Previdência e dessa MP que tenta aniquilar as entidades. Uma mensagem podemos deixar a todos os trabalhadores: Resistiremos!



Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Jornalista Resp: Lucia Estrela - CE00580JP

Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares

BANCO DO BRASIL

ENTIDADES REJEITAM PROPOSTA DO BB PARA A CASSI E NEGOCIAÇÕES CONTINUAM

Em reunião de negociação dia 27/2, as entidades de representação dos funcionários responderam ao Banco do Brasil que a proposta apresentada pelo banco para a Caixa de Assistência dos Funcionários (Cassi) é insuficiente para um encaminhamento ao Corpo Social, uma vez que está inferior à proposta rejeitada pelos associados na consulta feita no ano passado.

A proposta apresentada pelo BB e que está em discussão na mesa de negociação apresenta pouca variação da proposta que foi rejeitada pelo corpo social na votação encerrada no início de outubro. Além da proposta financeira pesar mais para os associados, ainda há muitos complicadores na proposta apresentada pelo BB na parte de governança como, por exemplo, a troca das diretorias. As entidades informaram ao Banco que a proposta divulgada serve para debates com os associados, mas que não há como defender da forma como está apresentada.

O coordenador da mesa pelas entidades, Wagner Nascimento, afirmou aos representantes do BB a importância do restabelecimento da mesa de negociações e que a experiência do ano passado não foi boa, numa consulta sem a participação dos associados. “A solução negociada é o que queremos e esperamos achar o bom termo numa proposta que atenda às necessidades da Cassi e dos Associados”, disse Wagner Nascimento, que também coordena a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB.

DÉFICIT – Foi feita uma prévia dos números do balanço da Cassi, que deve fechar 2018 com cerca de R\$ 370 milhões de déficit. Os números oficiais serão

PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA DO BB

CUSTEIO: Aumento de contribuição de todos os participantes, igualando a contribuição do BB. Cobrança por dependente, partindo de um Valor de Referência por Dependente (VRD) de R\$ 370,00, sendo os valores pagos por quantidade de dependentes e por faixa salarial. Haverá um VRD patronal de todos os dependentes dos funcionários ativos na ordem de 70%.

GOVERNANÇA: O BB concordou com o modelo de estrutura apresentado na proposta das entidades no GT da CASSI, acrescentando que a gerência do cálculo atuarial passaria para a Diretoria de Administração e Finanças. O banco continua com a proposta de alterar as representações das diretorias a partir de 2020.

ELEIÇÕES: O BB apresentou ainda propostas de alteração no formato das eleições, requisito de experiência mínima para ocupação de cargos na diretoria e conselhos e, ainda proposta para os casos de empate de decisão na diretoria e conselho deliberativo. Acrescenta ainda a alternância da presidência do Conselho Deliberativo entre eleitos e indicados a cada dois anos.



divulgados assim que apreciados pelo conselho fiscal e aprovados dentro dos órgãos da governança da entidade. O Banco do Brasil falou que sendo aprovado um novo estatuto e este se adequando a algumas exigências dos órgãos reguladores, o Plano Associados possibilitará a entrada dos novos funcionários que recentemente tomaram posse no BB e que estão fora da Cassi.

NEGOCIAÇÕES CONTINUAM – Para Wagner Nascimento, o momento requer

maior participação dos associados e intensidade no processo de negociação. “A proposta apresentada pelo banco não nos atende. Estamos dispostos a achar uma proposta para garantir minimamente a sustentabilidade da Cassi. Contudo é necessário um esforço e entendimento do banco sobre o que cabe da parte dele zelar pela saúde dos funcionários. Além disso, como patrocinador, o BB deve fazer seu esforço financeiro para melhorar a proposta de forma que cheguemos a um acordo”, concluiu.

NÃO ACEITE PRESSÃO!**FUNCIONÁRIOS DO SANTANDER TÊM ATÉ UM ANO PARA OBTER O CPA**

O Santander vem pressionando os bancários que mudaram de função a obter imediatamente a certificação CPA-10 ou CPA-20 quando necessário às suas novas atribuições. O problema é que esta medida desrespeita uma determinação do próprio Banco Central.

Em tom de ameaça, durante o programa “Café com Rial”, videoconferência do presidente Sérgio Rial com funcionários de toda a rede de agências do Santander, ele exigiu de bancários que mudaram de função a obtenção em curto prazo da certificação CPA-10 (primeiramente, o banco deu como limite até março, prazo depois estendido até o fim de maio).

Entretanto, segundo a Resolução nº 3.158, os bancos devem assegurar o prazo

“O banco tem que cumprir a Resolução n. 3.158 do Banco Central e não ficar pressionando o bancário a fazer o curso em um curto prazo de tempo.”

Eugênio Silva, diretor do Sindicato e funcionário do Santander



de um ano para que o empregado possa regularizar a sua certificação adequada à função. A norma está em vigor desde dezembro de 2003, e tal prazo está previsto logo no parágrafo 2º.

O Sindicato dos Bancários do Ceará orienta que os bancários que sofrerem pressão para obter a certificação devem procurar imediatamente o Sindicato pelo telefone 85 3252 4266.

CULTURA: BANCÁRIO LANÇA LIVRO “ELES NÃO SUPORTAM POESIA”

O bancário do BNB, Jansen Viana, vai lançar no próximo dia 23 de março o livro “Eles Não Suportam Poesia”. A obra é uma resposta do poeta a tanta “esquisitice” que aflora pelo País. A irreverente poesia de Jansen Viana nesse bizarro momento político precisa ser lida e introjetada.

A poesia tem sido um grande instrumento de resistência nos períodos de repressão. Na época da ditadura militar surgiram movimentos como da Poesia Marginal ou Geração Mimeógrafo, onde colaboraram vários poetas de renome tais como Paulo Leminsk, Helena Buarque de Holanda, Chacal, Cacaso, Waly Salomão dentre outros. Não podemos esquecer de expoentes como Ferreira Goulart e Chico Buarque, além das revistas Pasquim e a cearense O Saco.

Guardadas as proporções, a obra de Jansen Viana também segue o mesmo espírito: RESISTÊNCIA. Talvez seja uma gota no oceano, mas certamente é uma gota de provocação, uma bandeira que se levanta pra dizer que o fascismo não vencerá.

Jansen já publicou 10 livros entre poesias, contos, crônicas, romances e roteiros de cinema e teatro. Vencedor de vários concursos e editais literários, seu livro “Apenas um Carpinteiro” foi finalista do Prêmio Areté em 2012 e outro livro de sua autoria “Cortabunda - O Maníaco do Zé Walter” virou filme.

SERVIÇO: Uma campanha de venda antecipada já está acontecendo na internet. Para ter acesso a obra, acesse: <https://goo.gl/wWdssQ>.

**EDITAL ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro no Estado do Ceará (SINTRAFI-CE), também denominado Sindicato dos Bancários do Ceará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.340.953/0001-48 e Registro Sindical MTIC nº 208.327-59, por seu presidente, abaixo assinado, convoca todos os trabalhadores pertencentes ao Ramo Financeiro de sua base territorial para a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 11 de março de 2019, em primeira convocação, às 18h00min, ou em segunda e última convocação, às 18h30min, na Rua 24 de Maio, 1289, Centro, nesta capital, para discussão e deliberação sobre a proposta orçamentária para o ano vigente e da prestação de contas do exercício financeiro do ano de 2018, nos termos do art. 102 do Estatuto desta entidade.

Fortaleza-CE, 07 de março de 2019.

Carlos Eduardo Bezerra Marques
PRESIDENTE

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EMPREGADOS COBRAM FIM DO DESMONTE DE PEDRO GUIMARÃES

A Contraf-CUT enviou dia 25/2 um ofício para cobrar uma reunião com o atual presidente da Caixa, Pedro Guimarães, e exigir que parem a reestruturação. Desde que Pedro Guimarães assumiu a presidência do banco, muitas mudanças já puderam ser sentidas pelos empregados. De acordo com denúncias, o presidente da Caixa não possui experiência em gestão pública e nem critérios para ascensão profissional e perda de funções. Ele ainda trata os trabalhadores com arrogância e desrespeito.

Para Dionísio Reis, coordenador da comissão executiva dos empregados da Caixa, se é com esse perfil que se pretende implementar uma reestruturação no banco público, as consequências serão péssimas para todos, trabalhadores e sociedade.

LISTA DE NOMES PARA VPS – Desde que tomou posse, o número de integrantes do mercado financeiro atuantes no banco também aumentou. Uma lista divulgada pela imprensa apresenta nomes dos novos vice-presidentes (VPs) da Caixa, dentre



“Os empregados da Caixa merecem respeito e não podem ficar à mercê da falta de critérios para nortear suas carreiras e muito menos de um presidente despótico. A nossa organização e história de luta já demonstrou do quanto somos capazes na hora de defender nossos direitos e a Caixa como banco público. Pedro Guimarães parece não ter compreendido ainda a importância do papel da Caixa e o grande valor dos empregados do banco. Mas nossa mobilização vai mostrar isso a ele”
Carlos Rogério, diretor do Sindicato e empregado da CEF

eles, André Lalon, que é consultor – contratado pelo presidente da Caixa para dar andamento aos processos de vendas de ativos – e que deve se tornar vice-presidente financeiro do banco. Outro nome é o de Cleyton Carregari, que segundo informações da mídia é um educador físico, amigo de Pedro Guimarães, que deverá ocupar o cargo de consultor da Presidência para ganhar cerca de R\$ 30 mil por mês. Não

podemos esquecer também do nome, anteriormente divulgado, Mozart Farias, que é brigadeiro da Aeronáutica e foi divulgado como vice-presidente, antes do resultado do suposto Processo Seletivo Interno (PSI) ter seu fim. Nomeações desse tipo só aumentam ainda mais a falta de transparência e evidencia o interesse destes empresários, que só querem privatizar e prejudicar o banco público.

COMISSÃO PARITÁRIA AVALIA RESULTADOS DA PROMOÇÃO POR MÉRITO 2019

Conquista da luta do movimento dos empregados da Caixa Econômica Federal, a promoção por mérito contemplou em 2019 cerca de 96% dos trabalhadores considerados promovíveis. Os resultados da sistemática de avaliação foram avaliados durante reunião da Comissão Paritária (que discute os critérios da sistemática 2019/2020), que ocorreu dia 21/2, em Brasília (DF).

Os representantes dos trabalhadores reafirmaram no encontro a importância desse instrumento de ascensão no Plano de Cargos e Salários (PCS) e cobraram que seja assegurada no mínimo a média histórica de 1,1 delta por empregado.

Uma nova reunião para iniciar os debates da sistemática para 2020 foi agendada para 9 de abril. A Caixa alegou que ainda não dispõe de alguns dados, que são vinculados ao balanço do banco.

GT SAÚDE CAIXA É RETOMADO

Na reunião do GT Saúde Caixa, ocorrida dia 19/2, em Brasília (DF), uma das cobranças realizadas foi o acesso a informações, relatórios atuariais, dados e documentos para que os trabalhadores possam fazer uma análise aprofundada e para em conjunto com a Caixa, empenhar-se na sustentabilidade do plano. Além disso, foi cobrado o debate sobre o superávit acumulado.

A Caixa informou que não tinha ainda os relatórios consolidados e se comprometeu a trazê-los para a próxima reunião. Os trabalhadores informaram que apesar da evolução ainda existem muitas reclamações da Central de Atendimento em especial referente aos prazos de autorização e reembolso.

Outro ponto exigido foi a questão do plano de assistência aos empregados contratados após 31/8/2018. Atualmente estes trabalhadores estão descobertos. Os representantes dos trabalhadores afirmaram que a Caixa está descumprindo o ACT. Também solicitaram que esse reembolso seja retroativo a setembro.

Ficou definido um calendário de negociações, sendo as próximas reuniões previstas para 24/4; 26/6; 28/8; 30/10 e 11/12.

ITAÚ PLANO DE SAÚDE DOS FUNCIONÁRIOS AUMENTA 11%

O Itaú impôs, de forma unilateral, aumento de no mínimo 11% no plano de saúde dos seus funcionários. Para a Central Nacional Unimed o reajuste foi de 11% e para a Fundação Saúde Itaú de 11,54%.

O Itaú não procurou os representantes dos trabalhadores em nenhum momento para negociar e nem mesmo para justificar esse aumento abusivo. Cabe lembrar que foi o próprio banco que, diante da insistência dos trabalhadores em melhorar as condições para os aposentados nos planos, optou por acabar com a participação dos segurados na gestão dos planos. Esse aumento abusivo, arbitrário e unilateral é consequência direta da exclusão dos trabalhadores da gestão.

Os mais prejudicados com o aumento são os aposentados, que de acordo com a Lei 9.656 precisam arcar com o custo integral do plano de saúde, e os segurados que possuem agregados, que terão um custo total ainda maior com o reajuste abusivo.

A representação dos trabalhadores está cobrando que o Itaú reveja com urgência o reajuste imposto ao plano de saúde dos seus funcionários.

“Esse aumento é abusivo e injustificável. Não podemos admitir esse ataque à nossa saúde, já tão deteriorada pela sobrecarga de trabalho, assédio moral



e cobrança abusiva por metas. O banco deve rever o quanto antes os reajustes. Uma total falta de respeito com o direito à saúde dos funcionários, principalmente vindo de um banco que em 2018 lucrou mais de R\$ 25 bi”

Alex Citó, diretor do Sindicato e funcionário do Itaú

BRDESCO ANUNCIA PDE UNILATERALMENTE PARA GERENTES

Reivindicação histórica dos bancários, o Bradesco tem informado aos gerentes, durante o mês de fevereiro, a implantação do Prêmio Desenvolvimento Extraordinário (PDE), com regulamentação para março de 2019, sem comunicar o movimento sindical, conforme consta na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

O PDE é uma conquista para os trabalhadores, porém, é preciso mais esclarecimentos. Essa é uma reivin-

dicação antiga dos funcionários do Bradesco, inclusive, consta na minuta dos funcionários. Mas, em nenhum momento o movimento sindical foi chamado para discutir o assunto e entender como ele será implantado e regulamentado.

O banco não informou à representação sindical qual será o público-alvo e nem se será considerado o desempenho individual ou coletivo. O Bradesco apenas confirmou uma reunião com os representantes dos funcionários no dia 11 de março, às 16h.

ASSÉDIO MORAL PODE VIRAR CRIME

O projeto de lei que tipifica o crime de assédio moral no trabalho é o destaque do Plenário da Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei 4742/01, do ex-deputado Marcos de Jesus, inclui o novo crime no Código Penal. Está sendo analisado o substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) em 2002, que caracteriza o crime de assédio moral no trabalho

como depreciar sem justa causa, de qualquer forma e reiteradamente, a imagem ou o desempenho de servidor público ou empregado em razão de subordinação hierárquica funcional ou laboral. A tipificação inclui ainda como crime o fato de tratar o funcionário com vigor excessivo, colocando em risco ou afetando sua saúde física ou psíquica. A pena proposta é de detenção de um a dois anos.

TST DEFINE QUE GREVES CONTRA PRIVATIZAÇÕES SÃO ABUSIVAS

O Tribunal Superior do Trabalho, através da Seção de Dissídios Coletivos, decidiu que greves contra privatizações de estatais são abusivas. Para o ministro Ives Gandra Martins, voto decisivo no placar de 6 a 4 que ratificou a decisão, paralisações contra a venda de estatais têm motivações políticas. Assim, os trabalhadores podem ter os salários descontados. Com essa decisão, o TST retrocede a um período obscuro da história do país – durante a ditadura militar – que

matou e cerceou a liberdade de direitos e de expressão. Agora compactua com um golpe contra a livre manifestação dos trabalhadores. De acordo com o relator da matéria no TST, ministro Maurício Godinho, que foi voto vencido na decisão, os movimentos grevistas contra privatizações visam a manutenção dos empregos e, por isso, não podem ser considerados atos políticos. O ministro ainda destacou que existem normas da OIT que dizem o mesmo, não podendo ser entendido o contrário.

PLANO DE LUTA

SEMINÁRIO DEBATE ESTRATÉGIAS PARA BARRAR REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A defesa da unidade dos trabalhadores para barrar a reforma da previdência do governo Bolsonaro marcou os discursos dos dirigentes sindicais e do movimento associativo que participaram da abertura do seminário sobre a reforma da Previdência, realizado dia 25/2, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Brasília (DF). O Sindicato dos Bancários do Ceará foi representado pelo seu presidente Carlos Eduardo e pelo diretor José Eduardo Marinho.

O evento voltado para representantes de sindicatos, federações e associações de todo o país, contou com reflexões sobre o tema de dois ex-ministros da Previdência, Carlos Gabas e Ricardo Berzoini, e do vice-presidente da Anapar, José Ricardo Sasseron. Para eles, não resta dúvida que a intenção do governo é favorecer interesses do sistema financeiro e promover a retirada de direitos da classe trabalhadora.

O debate foi promovido pela Contraf-CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs) e a Contag, com apoio da Fena. Para a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, “o projeto do governo Bolsonaro vai afetar trabalhadores do campo à cidade. Por isso, precisamos unificar nossas lutas, construir alternativas para conversar com as nossas bases e a população em geral sobre os prejuízos que trará a milhões de brasileiros, caso seja aprovada”.

CENÁRIO – Ao analisar “nova Previdência” de Bolsonaro, os ex-ministros Carlos Gabas e Ricardo Berzoini destacaram que a proposta representa o inverso do modelo pretendido pela Constituição de 1988, baseado na proteção social. Gabas disse que modelo de previdência



“Estão querendo acabar com direitos históricos conquistados pela classe trabalhadora e que estão garantidos na Constituição. Nossa luta é pela dignidade dos trabalhadores e pelo direito à proteção dos mais vulneráveis”

José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará

social adotado no Brasil tem origem em padrões de países europeus, que até hoje não abriram mão desse sistema. “Ao contrário do que diz o governo nosso modelo não é obsoleto. A mentira é a mesma da reforma trabalhista e da terceirização: de que é preciso retirar direitos para gerar empregos e salários, mas o que está em jogo é a transferência de um regime público e solidário para um sistema privado que só agravará as

desigualdades sociais”, enfatizou o ex-ministro.

Para Ricardo Berzoini a reforma proposta pelo governo não altera apenas as regras de acesso às aposentadorias, mas fragiliza também as bases de todo o sistema da Assistência Social, responsável pelo pagamento de direitos como auxílio-saúde e pensão por invalidez, dentre outros. Na avaliação dele, o foco é promover um ajuste fiscal às custas dos trabalhadores.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

FUSÃO DO BNB AO BNDES PODE CAUSAR PREJUÍZOS IRREPARÁVEIS PARA O NORDESTE

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou a fusão do Banco do Nordeste (BNB) com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) diante da indignação da bancada nordestina no Congresso Nacional.

Para economistas, esta fusão põe em risco o desenvolvimento da região nordestina, visto que o BNB é o maior agente de crédito rural do Brasil no Nordeste atingindo o montante de R\$ 25,7 bilhões, aplicados no setor de janeiro a novembro do ano passado.

Segundo o coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB, Tomaz de Aquino, este tipo de ameaça sempre rondou os governos neoliberais e o fato de o Banco do Nordeste constar na lista de empresas privatizáveis do atual governo é uma medida muito preocupante. “Tanto a privatização como a fusão, o prejuízo é o mesmo e de grandes proporções, não só para a questão funcional, mas principalmente para a questão social. Pois, apesar do banco ter um quadro enxuto e agências pequenas, ele é o maior fomentador do crédito rural do nosso país”, destacou.

A fusão do Banco do Nordeste põe



“Extinguir ou privatizar um banco como o BNB significa que nós vamos ter toda uma gama de setores sociais da agricultura de subsistência, que sobrevivem de recursos de longo prazo, que o banco presta, praticamente dizimada. O prejuízo é muito grande pra sociedade nordestina e até do país, porque o banco atuou como agente que atenua as desigualdades e pode evitar até que haja êxodo rural, complicando ainda mais a vida das outras cidades e metrópoles de outras regiões do país”

Tomaz de Aquino, diretor do Sindicato e coordenador da CNFBNB

em risco o desenvolvimento da região, o agronegócio dos nove estados que compõem a região, sem falar que a extinção do banco coloca em perigo o sustento de 7.214 famílias dos funcionários do órgão.

Para Tomaz, fundir o Banco do Nordeste, que tem sete mil funcionários ao BNDES, além de significar uma queda na sua estrutura, representa uma perspectiva muito ruim e negativa para a economia do Nordeste.

Em dois anos, houve um crescimento de 160 mil clientes no BNB. Só em Sergipe, cerca de 10% da rede bancária, com 17 agências, é do Banco do Nordeste, que hoje, entre financiamentos em comércio, serviços, rural, indústria e infraestrutura,

investe R\$ 134,9 milhões que são destinados às micro e pequenas empresas. É o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina.

Atualmente, são 4 milhões de clientes ativos e um lucro R\$ 371,6 milhões, só de janeiro a agosto de 2018, além de um montante de R\$ 43,3 bilhões em recursos aplicados. Resultados que vão ao encontro do fortalecimento em governança adotada pelo Banco.

A Bancada nordestina do Congresso Nacional apresentou requerimento para a criação de uma Comissão Geral para tratar do tema na Câmara dos Deputados e esclarecer os motivos e implicações de uma fusão do Banco do Nordeste ao BNDES.

Violência contra a mulher

O local mais inseguro para a mulher brasileira vítima de violência é a própria casa. E o agressor está dentro do ambiente doméstico: 76% das agressões são cometidas por conhecidos. Entre as que sofrem violência, metade (52%) se calou. Os dados são da pesquisa Violência Contra as Mulheres, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em 2018, por hora, ao menos 1.826 mulheres foram vítimas de algum tipo de violência no Brasil. Ao todo, foram 16 milhões de brasileiras (27,4%) que sofreram algum tipo de violência. Ao menos 4,7 milhões sofreram agressão física, chute, batida ou empurrão.

Desemprego

A taxa média de desemprego no país subiu de 11,7%, em outubro, para 12% no trimestre encerrado em janeiro, segundo o IBGE. O total de desempregados aumentou para 12,669 milhões (crescimento de 3,6%). A única modalidade de emprego que cresce é a de autônomos, enquanto o emprego com carteira assinada perdeu 380 mil (-1,1%). No último trimestre, a modalidade por conta própria abriu 291 mil vagas. Já o desalento atinge 4,7 milhões de pessoas. São 300 mil a mais nessa situação, de desistir de procurar trabalho.

Fim do PIS/Pasep

As mudanças pretendidas pelo governo Bolsonaro trazem outros prejuízos aos trabalhadores de baixa renda. O projeto de “reforma” da Previdência, vai restringir o pagamento do abono salarial: hoje esse benefício – originário do PIS/Pasep – é pago anualmente aos trabalhadores que recebem até dois salários mínimos por mês. Pela proposta será pago somente a quem ganha até um salário mínimo. O resultado será que 23,4 milhões de trabalhadores devem perder o benefício, correspondente ao valor de um salário mínimo (91,5% do total de pessoas que podem recebê-lo).